

Município de Leiria Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2022/06/14

Unidade Orgânica responsável pela deliberação | DIVISAO FINANCEIRA

Epígrafe | Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2021 do Grupo Autárquico do Município de Leiria

Deliberação | Presentes os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao ano de 2021, em anexo (Anexo 562/22), de acordo com o estipulado nos artigos 75.º e 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

O Município de Leiria apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que, sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, sendo o grupo autárquico “composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, na sua redação atual, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Autárquico as empresas do sector empresarial local detidas na totalidade e os serviços municipalizados, a saber: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria (SMAS) e Teatro José Lúcio da Silva (TJLS).

Assim, em resultado da elaboração da prestação de contas consolidadas, foram apurados os seguintes dados consolidados:

1. Execução orçamental:

- a. **Receitas Correntes** de €96.570.416,96 (noventa e seis milhões, quinhentos e setenta mil, quatrocentos e dezasseis euros e noventa e seis cêntimos), **Receitas de Capital** de €8.809.710,74 (oito milhões, oitocentos e nove mil, setecentos e dez euros e setenta e quatro cêntimos) e **Outras Receitas** de €230.792,47 (duzentos e trinta mil, setecentos e noventa e dois euros e quarenta e sete cêntimos), perfazendo a **Receita Efetiva** o montante de €105.610.920,17 (cento e cinco milhões, seiscentos e dez mil, novecentos e vinte euros e dezassete cêntimos).
- b. **Despesas Correntes** de €69.830.824,83 (sessenta e nove milhões, oitocentos e trinta mil, oitocentos e vinte e quatro euros e oitenta e três cêntimos), **Despesas de Capital** de €37.357.745,52 (trinta e sete milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, setecentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos), perfazendo a **Despesa Efetiva** o montante de €107.188.570,35 (cento e sete milhões, cento e oitenta e oito mil, quinhentos e setenta euros e trinta e cinco cêntimos).
- c. **Saldo da gerência** anterior de €57.825.702,20 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e vinte cinco mil, setecentos e dois euros e vinte cêntimos) e Saldo para a gerência seguinte de € 53.390.989,32 (cinquenta e três milhões, trezentos e noventa mil, novecentos e oitenta e nove euros e trinta e dois cêntimos).

2. Demonstrações Financeiras:

2.1 Balanço

Ativo de €467.790.896,52 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, setecentos e noventa mil, oitocentos e noventa e seis euros e cinquenta e dois cêntimos), **Património Líquido** de €430.986.215,75 (quatrocentos e trinta milhões, novecentos e oitenta e seis mil, duzentos e quinze euros e setenta e cinco

cêntimos) e **Passivo** de €37.274.326,50 (trinta e sete milhões, duzentos e setenta e quatro mil, trezentos e vinte e seis euros e cinquenta cêntimos).

2.2 Demonstração de Resultados:

Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento de €31.149.622,30 (trinta e um milhões, cento e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e dois euros e trinta cêntimos).

Resultado Operacional de €12.676.278,37 (doze milhões, seiscentos e setenta e seis mil, duzentos e setenta e oito euros e trinta e sete cêntimos).

Resultado Líquido do Período de €11.947.135,22 (onze milhões, novecentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e cinco euros e vinte e dois cêntimos).

Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao ano de 2021;
- b) Remeta os documentos à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Mais se propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **deliberou por maioria**, com os votos contra dos senhores Vereadores Álvaro Madureira, Daniel Marques e Branca Matos:

- a) Aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao ano de 2021;
- b) Remeter os documentos à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;
- c) Solicitar que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A presente deliberação foi aprovada em minuta

Os Senhores **Vereadores Álvaro Madureira, Daniel Marques e Branca Matos** apresentaram a declaração de voto, cujo teor a seguir se transcreve:

«DECLARAÇÃO DE VOTO»

Ponto 13 (ASS. 562/22) da OT da reunião de 14.06.2022 da Câmara Municipal de Leiria Na proposta apresentada por este Executivo Municipal, no ponto 13. da Ordem de Trabalhos, relativas aos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2021 do Grupo Autárquico do Município de Leiria, verifica-se que Pela análise da Demonstração de Resultados, verifica-se o Resultado Líquido apurado do ano de 2021 é de **€11.947.135,22** (onze milhões, novecentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e cinco euros e vinte e dois cêntimos).

Relativamente à Execução orçamental:

- a. Receitas Correntes de €96.570.416,96, Receitas de Capital de €8.809.710,74 e Outras Receitas de €230.792,47, perfazendo a Receita Efetiva o montante de €105.610.920,17
- b. **Despesas Correntes de €69.830.824,83**, Despesas de Capital de €37.357.745,52, perfazendo a Despesa Efetiva o montante de €107.188.570,35.
- c. **Saldo para a gerência seguinte de € 53.390.989,32.**

Esta execução orçamental continua na sua grande maioria com um pendor para as despesas correntes, cerca de 65%, em comparação com os, 35% adstritos à despesa de capital.

No que concerne ao parecer do Revisor Oficial de Contas podemos constatar da existência de zonas de sombra e de divergências neste documento apresentado.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS OPINIÃO COM RESERVAS:

“1. Conforme mencionado na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, não foi ainda terminado o levantamento dos bens de domínio público e privado e de ativos fixos tangíveis em curso do Município de Leiria, bem como imoveis cedidos, não sendo por isso possível confirmar a adequação dos valores registados

contabilisticamente nestas rubricas, incluindo-se os das depreciações do exercício e das acumuladas, bem como da parcela de subsídios ao investimento que seria imputada aos resultados caso fossem praticadas as correspondentes depreciações.

2. Conforme referido nas notas 1.4 e 4 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Município de Leiria, identificou contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, relativamente aos quais a Entidade não obteve dos Concessionários a informação detalhada sobre os ativos de concessão. Na ausência da referida informação, não foram reunidas as condições necessárias que permitam à Entidade proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua Draft 2 de 5 respetiva mensuração e valorização conforme preconizado na NCP5 – Ativos Fixos Tangíveis. Assim, nas atuais circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras.

3. Relativamente à rubrica de Clientes, contribuintes e utentes, dos SMASL, devido às limitações no registo e identificação dos saldos dos clientes na contabilidade e na plataforma do Sistema Comercial de Gestão de Água (U@CLOUD), verificámos a existência de divergências não justificadas, pelo que não nos é possível validar os referidos saldos, nem nos pronunciar sobre a sua cobrabilidade. Acresce ainda que, no âmbito do processo de auditoria solicitou-se confirmação externa de saldos a diversas entidades, com referência a 31 de dezembro de 2021, porém devido ao limitado número de respostas e os procedimentos alternativos de auditoria por nós realizados não serem conclusivos, não nos é possível expressar opinião sobre os valores apresentados nesta rubrica.

4. Conforme referido na nota 4 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, os SMASL, identificaram dois contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, relativamente aos quais a Entidade não obteve dos Concessionários a informação detalhada sobre os ativos de concessão. Na ausência da referida informação, não foram reunidas as condições necessárias que permita aos SMASL proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização conforme preconizado na NCP5 – Ativos Fixos Tangíveis. Assim, nas atuais circunstâncias, não estamos em posição de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras.

5. O Município de Leiria registou na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, o montante de cerca de 4.088.420 euros relativo a acordos e contratos interadministrativos, os quais deveriam ter sido registados na rubrica Transferências e Subsídios Concedidos.”

Após análise da presente Prestação de Contas do Grupo Autárquico, submetidas nesta reunião de Câmara a aprovação, e na continuidade e coerência da posição tomada pelos Vereadores aquando na apresentação das contas individuais deste universo autárquico, referenciadas em abril deste ano, continuamos a considerar que estes resultados finais com valor líquido de **12 MC resultam de obras sistematicamente adiadas, como por exemplo: a conclusão do Topo Norte do Estádio, a requalificação da Avenida Heróis de Angola, a construção do Pavilhão Multiusos, a construção dos Parques Empresariais da Maceira da Caranguejeira e de Santa Catarina da Serra e da Chainça, a Circular Externa de Leiria, que liga o IC2 à N109, a construção de parques de estacionamento, a despoluição do rio Lis, a aquisição de terrenos estratégicos como os antigos areeiros a norte da Mata dos Marrazes, para a construção da “Expo Leiria” e os terrenos da Mata da Curvachia, para a construção de uma área verde de 220 ha, a sul da cidade de Leiria, que concorra para que Leiria e o seu concelho sejam uma “Cidade Verde Europeia”.**

Nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento apesar de os resultados líquidos serem positivos, resultam essencialmente, do elevado valor a pagar pela água e do exagerado valor a pagar no tratamento do saneamento. Não existe investimento substancial: há esgotos que drenam para o rio Lis sem tratamento e as perdas de água continuam acima de trinta e cinco por cento.

A não explicação cabal e fundamentada, documentalente, relativa à divergência que existia entre os SMAS e as Águas do Centro Litoral “Decorrente dos testes efetuados às reconciliações dos saldos destas contas, verificou-se a existência de uma divergência resultante de uma fatura da SIMLIS, S.A. (integrada nas ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, S.A.), não contabilizada pelos SMAS, no montante de 625.453 euros”.

Na sequência do exposto, e tendo em conta que as melhores opções para um desenvolvimento harmonioso e de qualidade do concelho de Leiria que os municípios anseiam, o sentido de voto dos Vereadores eleitos pelo PSD

(4)

é contra neste ponto da ordem de trabalhos, pelo que apresentam a presente declaração de voto designadamente, para os efeitos do nº2 do artigo 35º do CPA.

Leiria, 14 de junho de 2022

Os Vereadores:

Álvaro Madureira

Daniel Marques

Branca Matos».

Ana Maria Jesus Carvalho Pinéu
ASSISTENTE TÉCNICO
15-06-2022

Assinatura Digital Certificada 1

Gonçalo Nuno Bertolo Gordalina Lopes
PRESIDENTE
15-06-2022

Assinatura Digital Certificada 2



Câmara Municipal de Leiria

www.cm-leiria.pt

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS

A photograph of the Castel of Leiria, a large stone castle with multiple towers and arched windows, set against a dark sky and surrounded by trees.

2021

ÍNDICE GERAL

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31/12/2021	3
1. Demonstrações orçamentais consolidadas	4
1.1 Demonstração consolidada do desempenho orçamental	4
1.2 Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	5
2. Demonstrações financeiras consolidadas	6
2.1 Balanço consolidado	6
2.2 Demonstração de resultados por natureza consolidados	8
2.3 Demonstração dos fluxos de caixa consolidados	9
2.4 Demonstração das alterações do património líquido Consolidado	10
2.5 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	11
3. Relatório de Gestão consolidado	29
FICHA TÉCNICA	31

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31/12/2021

O Município de Leiria apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que, *sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas*”, sendo o grupo autárquico “*composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.*”

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações internas, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

1. Demonstrações orçamentais consolidadas

1.1 Demonstração consolidada do desempenho orçamental

MUNICÍPIO DE LEIRIA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rubrica	Recebimentos	2021	Rubrica	Pagamentos	2021
	Saldo de gerência anterior	57 825 702,20			
	Operações orçamentais [1]	54 320 459,37			
	Restituição do saldo oper. orçamentais	44 167 442,60			
	Operações de tesouraria [A]	3 505 242,80			
	Receita corrente	96 570 416,96		Despesa corrente	69 830 824,83
R1	Receita fiscal	34 498 343,74	D1	Despesas com o pessoal	25 157 940,03
R11	Impostos diretos	34 498 343,74	D11	Remunerações Certas e Permanentes	19 291 139,66
R12	Impostos indiretos	-	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	784 957,86
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	D13	Segurança social	5 081 842,51
R3	Taxas, multas e outras penalidades	4 246 555,00	D2	Aquisição de bens e serviços	34 248 383,16
R4	Rendimentos de propriedade	3 254 662,55	D3	Juros e outros encargos	609 905,13
R5	Transferências e subsídios correntes	29 832 002,73	D4	Transferências e subsídios correntes	8 774 313,36
R51	Transferências correntes	29 812 903,74	D41	Transferências correntes	8 774 313,36
R511	Administrações Públicas	29 810 696,98	D411	Administrações Públicas	1 853 452,41
R5111	Administração Central - Estado Português	29 557 266,74	D4111	Administração Central - Estado Português	13 500,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	332 150,24	D4112	Administração Central - Outras entidades	-
R5113	Segurança Social	-	D4113	Segurança Social	-
R5114	Administração Regional	-	D4114	Administração Regional	-
R5115	Administração Local	78 720,00	D4115	Administração Local	1 839 952,41
R512	Exterior - U E	-	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	5 450 887,68
R513	Outras	2 206,76	D413	Famílias	1 469 973,27
R52	Subsídios correntes	19 098,99	D414	Outras	-
R6	Venda de bens e serviços	24 493 156,08	D42	Subsídios Correntes	-
R7	Outras receitas correntes	245 696,86	D5	Outras despesas correntes	1 040 283,15
	Receita de capital	8 809 710,74		Despesas de capital	37 357 745,52
R8	Venda de bens de investimento	21 935,58	D6	Aquisição de bens de capital	29 266 877,37
R9	Transferências e subsídios de capital	8 686 361,48	D7	Transferências e subsídios de capital	8 090 868,15
R91	Transferências de capital	8 686 361,48	D71	Transferências de capital	8 090 868,15
R911	Administrações Públicas	8 562 616,77	D711	Administrações Públicas	6 520 042,68
R9111	Administração Central - Estado Português	8 562 208,30	D7111	Administração Central - Estado Português	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	-	D7112	Administração Central - Outras entidades	-
R9113	Segurança Social	-	D7113	Segurança Social	-
R9114	Administração Regional	-	D7114	Administração Regional	-
R9115	Administração Local	408,47	D7115	Administração Local	6 520 042,68
R912	Exterior - U E	-	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	1 570 825,47
R913	Outras	123 744,71	D713	Famílias	-
R92	Subsídios de capital	-	D714	Outras	-
R10	Outras receitas de capital	101 413,68	D72	Subsídios de capital	-
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	230 792,47	D8	Outras despesas de capital	-
	Receita efetiva [2]	105 610 920,17		Despesa efetiva [5]	107 188 570,35
	Receita não efetiva [3]	1 000 000,00		Despesa não efetiva [6]	4 547 044,26
R12	Receita com ativos financeiros	1 000 000,00	D9	Despesa com ativos financeiros	1 000 000,00
R13	Receita com passivos financeiros	-	D10	Despesa com passivos financeiros	3 547 044,26
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	-			
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	160 931 379,54		Soma [7] = [5] + [6]	111 735 614,61
	Operações de tesouraria [B]	7 102 864,61		Operações de tesouraria [C]	6 412 883,05
				Saldo para a gerência seguinte	-
				Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	49 195 764,96
				Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	4 195 224,36
				Saldo global [2] - [5]	577 650,18
				Despesa primária	107 578 665,22
				Saldo corrente	25 570 568,74
				Saldo de capital	27 548 034,78
				Saldo primário	967 745,05
				Receita total [1] + [2] + [3]	160 931 379,54
				Despesa total [5] + [6]	111 735 614,61

1.2 Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

MUNICÍPIO DE LEIRIA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Rubrica	Liquidações	2021	Rubrica	Obrigações	2021
	Receita corrente	10 917 095,81		Despesa corrente	1 207 349,64
R1	Receita fiscal	-	D1	Despesas com o pessoal	274 021,41
R11	Impostos diretos	-	D11	Remunerações Certas e Permanentes	204 125,11
R12	Impostos indiretos	-	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	10 295,43
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	D13	Segurança social	59 600,87
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 506 200,92	D2	Aquisição de bens e serviços	368 926,86
R4	Rendimentos de propriedade	773 816,33	D3	Juros e outros encargos	-
R5	Transferências e subsídios correntes	2 817 954,57	D4	Transferências e subsídios correntes	437,58
R51	Transferências correntes	2 739 234,57	D41	Transferências correntes	437,58
R511	Administrações Públicas	2 028 678,73	D411	Administrações Públicas	-
R5111	Administração Central - Estado Português	2 028 678,73	D4111	Administração Central - Estado Português	-
R5112	Administração Central - Outras entidades	-	D4112	Administração Central - Outras entidades	-
R5113	Segurança Social	-	D4113	Segurança Social	-
R5114	Administração Regional	-	D4114	Administração Regional	-
R5115	Administração Local	-	D4115	Administração Local	-
R512	Exterior - U E	-	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	-
R513	Outras	710 555,84	D413	Famílias	437,58
R52	Subsídios correntes	-	D414	Outras	-
R6	Venda de bens e serviços	5 259 992,43	D42	Subsídios Correntes	-
R7	Outras receitas correntes	12 615,06	D5	Outras despesas correntes	20 030,29
	Receita de capital	1 623 157,87		Despesas de capital	273 458,47
R8	Venda de bens de investimento	24 413,43	D6	Aquisição de bens de capital	267 104,49
R9	Transferências e subsídios de capital	1 001 304,84	D7	Transferências e subsídios de capital	-
R91	Transferências de capital	898 740,15	D71	Transferências de capital	-
R911	Administrações Públicas	898 740,15	D711	Administrações Públicas	-
R9111	Administração Central - Estado Português	873 192,70	D7111	Administração Central - Estado Português	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	-	D7112	Administração Central - Outras entidades	-
R9113	Segurança Social	-	D7113	Segurança Social	-
R9114	Administração Regional	-	D7114	Administração Regional	-
R9115	Administração Local	25 547,45	D7115	Administração Local	-
R912	Exterior - U E	-	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	-
R913	Outras	-	D713	Famílias	-
R92	Subsídios de capital	-	D714	Outras	-
R10	Outras receitas de capital	597 439,60	D72	Subsídios de capital	-
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	108 726,57	D8	Outras despesas de capital	-
	Receita efetiva [1]	12 648 980,25		Despesa efetiva [4]	1 480 808,11
	Receita não efetiva [2]	-		Despesa não efetiva [5]	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	D9	Despesa com ativos financeiros	-
R13	Receita com passivos financeiros	-	D10	Despesa com passivos financeiros	-
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	-			
	Receita Total [3] = [1] + [2]	12 648 980,25		Despesa Total [6] = [4] + [5]	1 480 808,11

2. Demonstrações financeiras consolidadas

2.1. Balanço consolidado

BALANÇO CONSOLIDADO			
			VALORES EM €
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	344 682 138,43	342 745 420,68
Propriedades de investimento	8	15 613 616,00	15 613 844,88
Ativos intangíveis	3	506 041,86	721 610,00
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras		6 236 235,72	6 236 235,72
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		-	-
Acionistas/sócios/associados		-	-
Diferimentos		-	-
Outros ativos financeiros		1 895,48	1 369,86
Ativos por impostos diferidos		-	-
Clientes, contribuintes e utentes		3 140,28	55,50
Outras contas a receber	23.2	1 677 841,81	633 239,96
		368 720 909,58	365 951 776,60
Ativo corrente			
Inventários	10	1 070 142,67	1 131 598,04
Ativos biológicos		-	-
Devedores p/ transf. e subs. não reembolsáveis		3 691 265,27	875 605,68
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		-	-
Clientes, contribuintes e utentes		3 368 989,06	3 773 201,74
Estado e outros entes públicos	23.1	591 464,10	403 736,57
Acionistas/sócios/associados		-	-
Outras contas a receber	23.2	32 524 175,10	29 872 593,64
Diferimentos		4 432 961,42	3 453 681,79
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos	1.4	53 390 989,32	57 825 702,20
		99 069 986,94	97 336 119,66
		467 790 896,52	463 287 896,26

MUNICÍPIO DE LEIRIA			
BALANÇO CONSOLIDADO			
			VALORES EM €
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2021	31/12/2020
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		127 353 178,62	127 353 178,62
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas		41 220 171,12	40 887 194,46
Resultados transitados		148 521 929,46	148 137 964,69
Ajustamentos em ativos financeiros		150 242,56	270 921,83
Excedentes de revalorização		61 791,42	61 791,42
Outras variações no património líquido		101 731 767,35	96 592 210,92
Resultado líquido do período		11 947 135,22	6 551 194,78
Dividendos antecipados		-	-
Interesses que não controlam		-	-
		430 986 215,75	419 854 456,72
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	3 834 539,57	6 647 569,14
Financiamentos obtidos	7	13 187 687,43	16 628 609,21
Fornecedores de investimentos		-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Diferimentos		1 475 722,53	1 570 045,64
Passivos por impostos diferidos		-	-
Fornecedores		-	-
Outras contas a pagar	23.2	3 195 765,84	2 639 512,65
		21 693 715,37	27 485 736,64
Passivo corrente			
Credores p/ transf. e subs. não reembolsáveis		4 003 331,39	3 189 770,19
Fornecedores		1 319 024,64	823 207,85
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		126 214,98	108 356,38
Estado e outros entes públicos	23.1	174 274,47	121 572,50
Acionistas/sócios/associados		-	-
Financiamentos obtidos	7	3 440 921,78	3 547 044,26
Fornecedores de investimentos		260 639,35	114 634,16
Outras contas a pagar	23.2	6 120 162,09	7 878 504,18
Diferimentos		136 042,43	164 613,38
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
		15 580 611,13	15 947 702,90
Total Passivo		37 274 326,50	43 433 439,54
Total Património Líquido e Passivo		468 260 542,25	463 287 896,26

2.2. Demonstração de resultados por natureza consolidados

MUNICÍPIO DE LEIRIA			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADO			
VALORES EM €			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	23.3	41 405 303,55	34 608 839,69
Vendas	23.3	9 920 874,32	9 531 512,97
Prestações de serviços e concessões	23.3	14 151 594,07	13 996 553,39
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	23.3	32 242 769,73	20 637 864,46
Variações nos inventários da produção	23.3	31 519,50	21 472,52
Trabalhos para a própria entidade	23.3	254 028,18	164 120,23
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	5 191 358,33	5 511 982,41
Fornecimentos e serviços externos	23.4	32 981 472,76	26 671 348,70
Gastos com pessoal	23.5	25 408 385,55	19 497 500,58
Transferências e subsídios concedidos	-	12 089 049,28	9 838 390,26
Prestações sociais		-	-
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9	53 679,26	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	1 420 345,39	190 354,46
Provisões (aumentos/reduções)	15	2 813 029,57	1 017 411,94
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos		11 415 603,70	9 630 605,16
Outros gastos	-	3 940 809,75	2 442 848,74
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		31 149 622,30	23 801 840,25
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-	18 473 343,93	16 426 430,78
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		12 676 278,37	7 375 409,47
Juros e rendimentos similares obtidos		68 309,95	30 816,59
Juros e gastos similares suportados	-	797 453,10	855 031,28
Resultado antes de impostos		11 947 135,22	6 551 194,78
Imposto sobre o rendimento		-	-
Resultado líquido do período		11 947 135,22	6 551 194,78

2.3. Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

MUNICÍPIO DE LEIRIA				
FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO				
VALORES EM €				
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2021	SNC-AP 31/12/2020	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes		23 948 451,02	25 487 659,10	
Recebimentos de contribuintes		12 631 618,33	9 967 078,32	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		14 563 284,19	14 427 433,30	
Recebimentos de utentes		8 845 992,18	8 951 613,10	
Pagamentos a fornecedores		- 41 169 018,98	- 32 879 558,67	
Pagamentos ao pessoal		- 25 152 344,35	- 17 353 836,76	
Pagamentos de transferências e subsídios		- 5 622 722,84	- 4 273 604,08	
Pagamentos de prestações sociais		-	-	
Caixa gerada pelas operações		- 11 954 740,45	4 326 784,31	
Recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-	
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	-	
Outros recebimentos		28 252 171,66	21 539 094,83	
Outros pagamentos		1 170 071,84	- 5 949 306,84	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		29 422 243,50	19 916 572,30	
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		- 24 465 353,35	- 20 325 643,34	
Ativos intangíveis		- 649 145,54	- 520 509,80	
Propriedades de investimento		- 3 661 295,69	- 2 454 154,68	
Investimentos financeiros		- 1 000 000,00	- 118 661,75	
Outros ativos		- 525,62	- 34 729,35	
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		21 935,58	75 954,54	
Ativos intangíveis		-	-	
Propriedades de Investimento		101 413,68	61 516,26	
Investimentos financeiros		1 000 000,00	-	
Outros ativos		-	-	
Subsídios ao investimento		-	-	
Transferências de capital		8 245 425,49	7 273 680,57	
Juros e rendimentos similares		-	1 279,72	
Dividendos		-	-	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 20 407 545,45	- 16 041 267,83	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		35 000,00	89 449,58	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-	
Cobertura de prejuízos		-	-	
Doações		-	-	
Outras operações de financiamento		68 309,95	43 302,27	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		- 3 582 044,26	- 3 479 664,50	
Juros e gastos similares		- 694 403,40	- 717 259,03	
Dividendos		-	-	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-	
Outras operações de financiamento		-	-	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		- 4 173 137,71	- 4 064 171,68	
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		- 7 113 180,11	- 188 867,21	
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		57 825 702,20	58 014 569,41	
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		53 390 989,32	57 825 702,20	
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		57 825 702,20	58 014 569,41	
- Equivalentes a caixa no início do período		-	- 1 358 252,44	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	589 840,29	
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-	
Saldo da gerência anterior (SGA)		57 825 702,20	58 014 569,41	
De execução orçamental		54 320 459,40	54 722 309,35	
De operações de tesouraria		3 505 242,80	3 292 260,06	
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1.4	52 901 325,01	57 825 702,20	
- Equivalentes a caixa no fim do período		-	- 2 005 000,00	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	736 679,22	
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-	
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		53 390 989,32	55 820 702,20	
De execução orçamental		49 195 764,96	54 320 460,39	
De operações de tesouraria		4 195 224,36	3 505 241,81	



2.4. Demonstração das alterações do património líquido Consolidado

MUNICÍPIO DE LEIRIA														
ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO PARA O ANO DE 2021 CONSOLIDADO														
Designação	Notas	Património líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										VALORES EM €		
		Capital / Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	127 353 178,62	-	-	-	40 887 194,46	148 137 964,69	270 921,83	61 791,42	96 592 210,92	6 551 194,78	419 854 456,72	-	419 854 456,72
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital						332 976,66	174 076,63	101 255,98			6 477 156,78	8 893 522,24		8 893 522,24
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							483 521,54					9 709 380,29		9 709 380,29
Correção de erros materiais						332 976,66	74 519,86					74 519,86		74 519,86
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)					332 976,66	383 964,77	101 255,98		5 120 133,14	6 477 156,78	741 338,19		741 338,19
RESULTADO INTEGRAL	(3)													11 873 097,22
	(4)=(2)+(3)													11 873 097,22
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações										19 423,29				
Subscrições de prémios de emissão														
	(5)													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	127 353 178,62	-	-	-	41 220 171,12	148 521 929,46	150 242,56	61 791,42	101 731 767,35	11 947 135,22	430 986 215,75		430 986 215,75

2.5. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

1.1 – Entidades incluídas na consolidação

O Município de Leiria apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que *sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas*, sendo o grupo autárquico “*composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.*”

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Autárquico as empresas do sector empresarial local detidas na totalidade e os serviços municipalizados.

Assim, à data de 31 de dezembro de 2021, o grupo consolidante é o seguinte:

Entidades incluídas na consolidação

Entidades	Sede Social	Actividade Principal	Nº de Trabalhadores	% de capital	Obs
Município de Leiria	Largo da República, Leiria	Atividades nos seguintes domínios: equipamento rural e urbana, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, acção social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa.	1158	N/A	a)
Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	Rua Cooperativa, 65 C São Romão 2410-246 Leiria	Captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial, público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais.	147	100%	b)
Teatro José Lúcio da Silva	Av. Herois de Angola, Leiria	Produção de espetáculos e actividades culturais	26	100%	c)

- a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
- b) Entidade controlada a 100% pelo Município de Leiria, de acordo com a alínea a) do n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
- c) Entidade considerada como serviço municipalizado no processo de consolidação, sendo controlada a 100% pelo Município de Leiria

1.2 – Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

O Município de Leiria detém outras participações em entidades com percentagem inferiores a 100% e onde não existe qualquer relação de domínio.

Participações em Entidades Societárias Participadas

Entidade Participada						Participação ML			Observações
Denominação	NIPC	Sede	Tipo	CAE	Capital Social	Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Informação reportada a:
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	503811866	Leiria	SA	38212	2 000 000,00	380 800,00	19,04%	380 800,00	31/12/2020
Águas do Centro Litoral, S.A (AdCL)	513606181	Coimbra	SA	37002	39 974 968,10	2 942 781,00	7,32%	2 942 781,00	31/12/2020
Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA	504475606	Porto Salvo	SA	71120	3 236 678,67	24 950,00	0,77%	24 950,00	31/12/2020
Mapicentro - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes e Subprodutos, SA	501638938	Leiria	SA	10110	2 285 000,00	22 750,00	0,99%	22 750,00	31/12/2020
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, SA	502761024	Aveiro	SA	35220	20 500 000,00	13 615,00	0,07%	13 615,00	31/12/2020
STARTUP LEIRIA - Associação para a promoção do empreendedorismo, inovação e novas tecnologias	507019415	Leiria	ASFLDP	94995	234 750,00	59 000,00	25,13%	59 000,00	31/12/2020
Fundação Escola Profissional Leiria	504603205	Leiria	Fundação	85591	110 500,01	50 000,00	45,25%	50 000,00	31/12/2020

Legenda:

SA - Sociedade Anónima

ASFLDP - Associação Sem Fins Lucrativos de Direito Privado

Fundo criado pela Lei 53/2014, de 25 de agosto

1.3 – Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Participações em Entidades Não Societárias Participadas

Entidade Participada						Contribuição	Forma Realização	Observações
Denominação	NIPC	Sede	Tipo	CAE	Em 2021	Meios Monetários	Informação reportada a:	
ACF - Associação Caminhos de Fátima	513836250	Fátima	ASFLDP	94995	4 178,00	4 178,00	31/12/2020	
ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura	503725099	Leiria	ASFLCUP	94995	3 000,00	3 000,00	31/12/2020	
AMIGrante - Associação de Apoio ao Cidadão Migrante	506557359	Leiria	ASFLSUP	91333	-	-	-	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Coimbra	AM	94110	6 071,80	6 071,80	31/12/2020	
Associação de Rede de Judiarias de Portugal	509801811	Belmonte	ACPDP	94995	1 500,00	1 500,00	31/12/2020	
CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos	502593822	Marinha Grande	ASLCUP	71120	-	-	-	
CENTROLOGIS - Centro Logístico do Litoral, ACE	508017300	Figueira da Foz	ACE	52213	-	-	-	
CEPAE - Centro do Património da Estremadura	503874825	Batalha	APSFL	91331	600,00	600,00	31/12/2020	
CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	508035546	Leiria	AM	94995	5 000,00	5 000,00	31/12/2020	
Enerdura - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	505074737	Leiria	ASFL	94995	997,60	997,60	31/12/2020	
Liga dos Bombeiros Portugueses	500920680	Lisboa	ASFLCUP	84250	250,00	250,00	31/12/2020	
RUTIS-Associação Rede de Universidades da Terceira Idade	509481990	Almeirim	IUP	88990	50,00	50,00	31/12/2020	
Sociedade Histórica da Independência de Portugal	500875294	Lisboa	ASFL	3085	500,00	500,00	31/12/2020	

Legenda:

- ACE - Agrupamento Complementar de Empresas
 AM - Associação de Municípios
 ASFL - Associação Sem Fins Lucrativos
 ASFLCUP - Associação Sem Fins Lucrativos Com Utilidade Pública
 APSFL - Associação Privada Sem Fins Lucrativos
 ACPDP - Associação com Caráter Público de Direito Privado
 ASFLDP - Associação Sem fins Lucrativos de Direito Privado
 IUP - Instituição de Utilidade Pública e Membro do Conselho Económico e Social

1.4 – Caixa e depósitos

A caixa e os seus equivalentes numerários e depósitos bancários no dia 31 de dezembro, detalha-se como se segue:

Desagregação de Caixa e depósitos

Conta	2020	2021
Caixa	4 686,84	9 333,82
Depósitos à Ordem	53 401 912,15	49 348 463,11
Depósitos Bancários à Ordem	53 401 912,15	49 348 463,11
Outros depósitos	4 419 103,21	4 033 192,39
Depósitos a prazo	2 005 000,00	805 468,61
Depósitos de garantias e cauções	2 414 103,21	3 227 723,78
Total de Caixa e depósitos	57 825 702,20	53 390 989,32

No que respeita aos requisitos recomendados nas NCP 4 , 5, os mesmos ainda não foram aplicados na sua integra, conforme se descreve de seguida. No que respeita à NCP 4 - Acordos de concessão de serviços-Concedente, cumpre referenciar que no dia 31 de julho de 2001, foi renovado o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa no Município de Leiria com a empresa EDP Distribuição – Energia, S.A. (a seguir designada por EDP Distribuição), pelo período de 20 anos. Ao abrigo deste contrato o Município de Leiria concedeu à EDP Distribuição, os poderes de gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa, durante o prazo da concessão ou enquanto esta subsistir.

Fazem parte integrante da concessão à EDP as seguintes instalações:

- As redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, bem com os aparelhos e acessórios ligados à sua exploração, que à data do início da concessão estavam a ser explorados pela EDP Distribuição, e ainda, os postos de transformação alimentadores das redes referidas anteriormente;

- Os postos de transformação e os direitos sobre os locais em que se encontram implantados, as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, compreendendo as linhas, os ramis e as chegadas, as redes de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados à exploração da distribuição concedida, contruídos ou instalados pela EDP Distribuição para cumprimento das obrigações da concessão, durante a vigência desta, independentemente de o seu custo ter ou não sido participado ou suportado por quaisquer entidades.

Ficam excluídos do contrato de concessão as subestações, as redes de média e alta tensão e os respetivos postos de seccionamento, bem como quaisquer outras instalações de média e alta tensão, edifícios e terrenos que o distribuidor de energia elétrica em alta e média tensão possua, ou venha a possuir, na área do Município de Leiria.

Assim, nos termos do contrato de renovação celebrado, a EDP tem a competência para a gestão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho de Leiria, no entanto os bens e as infraestruturas são propriedade da autarquia, pelo que devem ser objeto de contabilização nos seus Ativos Fixos Tangíveis.

No que respeita à entidade EDP, que possui o direito de utilização dos bens e equipamentos, o direito desta concessão é registado como um Ativo Fixo Intangível nas suas contas, no entanto deve esta entidade efetuar a amortização dos equipamentos abrangidos pela concessão, não pelo período de vida útil dos equipamentos mencionados, mas sim pela duração da concessão, conforme preconizado no CC2.

Face ao exposto, foi solicitada e recebida informação da atual E-Redes a 31.12.2021, que após análise se conclui a impossibilidade do respetivo tratamento contabilístico, pois a mesma não permite aferir a contabilização do contrato no seu todo, quer no que respeita aos Ativos fixos tangíveis, em curso ou não, às amortizações e ao valor do rendimento atribuído à concessão.

Pelo que considerando o descrito na alínea (b) do ponto 10 da NCP 5 (AFT) - “um bem do AFT deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se o custo ou justo valor puder se mensurado com fiabilidade”, entendemos que não estão reunidas as condições para a contabilização dos valores associados a esta concessão.

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa, sendo apresentadas em euros.

Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedade de investimento

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2), previsto no Dec. Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Os ativos fixos tangíveis são reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, nos termos da NCP5. As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou linha reta) o método utilizado de acordo com o Classificador Complementar 2.

De acordo com a FAQ44 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística Pública, os SMAS de Leiria aplicam as vidas úteis do CC2, que são iguais às aplicadas no CIBE, para a tipologia de imóveis reconhecidos no Património.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

2.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Salienta-se que o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua versão atual (que aprovou o SNC- AP) não estabeleceu o período de transição na implementação do SNC – AP, tão somente a data de início de aplicação do novo referencial (artigo 18º), o impacto e relevação contabilística do mesmo (artigo 14º) e as regras de aplicação supletiva ou integração de lacunas (artigo 13º). Neste seguimento importa evidenciar que é admissível que situações de maior complexidade devidamente fundamentadas e divulgadas exijam um período mais alargado para a completa adoção do novo referencial.

Os pontos 2.2), 2.3), 2.5), 2.6), 2.7), e 2.8), ou não são aplicáveis ao Município de Leiria, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Nota 3 – Ativos intangíveis

Durante o período de 31 de dezembro de 2021, a quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

AI - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas									
Rubrica	Designação	Início do Período			Final do Período				
		Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)
	Ativos Intangíveis	5 518 686,40	4 797 076,40		721 610,00	5 893 446,08	5 387 404,22		506 041,86
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
AI2	Goodwill								
AI3	Projetos de desenvolvimento	574 438,25 €	430 084,97 €		144 353,28 €	596 910,65 €	481 668,53 €		115 242,12 €
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	682 082,47 €	375 723,74 €		306 358,73 €	852 851,20 €	639 004,81 €		213 846,39 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual	2 813 344,61 €	2 543 517,39 €		269 827,22 €	4 442 373,61 €	4 266 477,04 €		175 896,57 €
AI6	Outros	1 447 510,45 €	1 447 750,30 €		-239,85 €		253,84 €		-253,84 €
AI7	Ativos intangíveis em curso	1 310,62 €			1 310,62 €	1 310,62 €			1 310,62 €
	TOTAL	5 518 686,40	4 797 076,40		721 610,00	5 893 446,08	5 387 404,22		506 041,86

AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO											
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final
	Ativos Intangíveis	721 610,00	352 287,28	22 472,40				-590 327,82		0,00	506 041,86
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento	144 353,28		22 472,40				-51 583,56			115 242,12
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	306 358,73	170 768,73					-263 281,07			213 846,39
AI5	Propriedade industrial e	269 827,22	181 518,55					-275 449,20			175 896,57
AI6	Outros	-239,85						-13,99			-253,84
AI7	Ativos intangíveis em curso	1 310,62									1 310,62
	TOTAL	721 610,00	352 287,28	22 472,40				-590 327,82		0,00	506 041,86

AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES												
Rubrica	Designação	Adições									Total	
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras		
	Ativos Intangíveis		190 185,52 €								162 101,76 €	352 287,28 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
AI2	Goodwill											
AI3	Projetos de desenvolvimento											
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		127 835,58 €								42 933,15 €	170 768,73 €
AI5	Propriedade industrial e		62 349,94 €								119 168,61 €	181 518,55 €
AI6	Outros											
AI7	Ativos intangíveis em curso											
	TOTAL		190 185,52 €								162 101,76 €	352 287,28 €

AI - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES						
Rubrica	Designação	Diminuições				Total
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	Ativos Intangíveis					
	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
	Goodwill					
	Projetos de desenvolvimento					
	Programas de computador e sistemas de informação					
	Propriedade industrial e					
	Outros					
	Ativos intangíveis em curso					
	TOTAL					

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Considerando o descrito na alínea (b) do ponto 10 da NCP 5 (AFT) - “um bem do AFT deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se o custo ou justo valor puder se mensurado com fiabilidade”, releva-se que não foi possível concluir o processo de levantamento dos ativos que se encontram em concessão e a sua consequente valorização e reconhecimento nas contas.

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com a informação fundamental.

ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO											
Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Data de Celebração do contrato	Data de termo do contrato	Pagamentos ao concessionário			Recebimentos do concessionário		
						Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros	Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
FORNECIMENTO DE ENERGIA	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.		20 A	31/07/2001	31/07/2021				56 373 855,00	3 095 244,00	
CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO PARQUE PÚBLICO DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO PARA VIATURAS LIGEIRAS.	ESLI-PARQUES DE ESTACIONAMENTO, S.A.		50 A	17/11/2000	01/11/2051				488 632,00	26 099,00	759 960,00
EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO NO PERÍODO DE DOIS ANOS	HORIZONTE ITINERANTE, LDA		12A	21/04/2015	30/04/2027				201 500,00	25 600,00	-
CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO PARQUE PÚBLICO DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO PARA VIATURAS LIGEIRAS.	LIZESTACIONAMENTO - DESENVOLVIMENTO, EXPLORAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PARQUES DE		50 A	19/03/2003	19/03/2053				117 738,00	9 694,00	228 160,00
CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS NA ÁREA DA SEDE DO CONCELHO DE LEIRIA	RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A		52 A	24/10/1966	30/11/2021				1 760 983,00	109 907,00	-
LIMPEZA, RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CONCELHO DE LEIRIA	SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.		25 A	17/05/1993	31/12/2021	60 027 495,00	2 519 735,00	-			-
Contrato de concessão de serviços de recolha e tratamento de águas residuais	AdCL - Águas do Centro Litoral, SA (ex: Simlis)	ETAR de Ponte das Mestras (parte)	30 A	24/01/2000	24/01/2030	75 651 896,53	3 704 910,20				
		Emissários do subsistema de Ponte das Mestras: E1, E1.1, E2, E3, E7, E8.1, numa extensão total de 19,19km;									
		ETAR das Olhalvas									
		Emissários do subsistema de Olhalvas: E7.1, E7.2, numa extensão total de 5,28km;									
		ETAR de Coimbrão (parte) e emissário E3.1, numa extensão total de 3km;									
ETAR de Pedrógão;											
Contrato de concessão de serviços de distribuição de água	AdCL - Águas do Centro Litoral, SA	Captação de Amor	30 A	31/12/2004	31/12/2034	13 147 101,23	3 855 743,24				
		Captação da Barosa									
		Captação do Paúl									
		Conduta Adutora da captação da Barosa/Reservatório de Parceiros									
		Conduta Adutora Reservatório de Parceiros / Reservatório de 1ª Zona (Cruz Da Areia)									
		Estação Elevatória de Paúl									
		Reservatório de Parceiros									
Reservatório de Paúl											
Estação de Tratamento de Paúl											
O contrato tem por objecto a exploração e gestão do Café-Bar e esplanada, que se	Vanda Almeida, Unipessoal, Lda.	Cessão de Exploração do "Café do Teatro, Bar Interno do Teatro e	4A	01/12/2019	30/11/2023				9 840,00	7 392,27	22 632,00
O objecto do presente contrato é a exploração de um "Quisisque - Tabacaria do Teatro"	Bruno Marques Rocha Unipessoal, Lda	Cessão de Exploração do "Quisisque - Tabacaria do Teatro"	15 A	01/02/2006	01/02/2024				63 885,25	4 209,39	9 728,42

Releva-se que os SMAS de Leiria recebem mensalmente uma renda de concessão no valor de €8.451,14, sendo o saldo em 31/12/2021 de €597.439,60, sendo que deste montante €101.413,68 são de curto prazo, e restante, €496.025,92 são de medio longo prazo.

Os contratos de concessão do SMAS têm previstos caudais mínimos, para recolha e tratamento de águas residuais e para serviços de distribuição de águas. O valor das provisões mencionadas no ponto 15.1, respeitam ao contrato de serviços de distribuição de água.

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

A 31 de dezembro, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, apresenta-se no quadro seguinte:

AFT - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
Rubrica	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	217 320 500,18	95 372 429,21		121 948 071,00	236 466 272,60	109 581 805,25		126 884 467,35
Terrenos e recursos naturais	8 618 853,72			8 618 853,72	8 763 693,87			8 763 693,87
Edifícios e outras construções	669 007,99	95 384,20		573 623,79	1 352 353,23	227 147,26		1 125 205,97
Infraestruturas	207 655 400,44	95 150 205,48		112 505 194,99	223 638 199,33	109 222 248,61		114 415 950,72
Património histórico, artístico e	377 238,03	126 839,53		250 398,50	2 712 026,17	132 409,38		2 579 616,79
Outros								
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	265 298 942,95	44 501 593,27		220 797 349,68	271 974 700,08	54 177 028,98		217 797 671,07
Terrenos e recursos naturais	23 469 293,89			23 469 293,89	23 866 563,51			23 866 563,51
Edifícios e outras construções	140 338 569,28	16 227 996,45		124 110 572,83	151 648 892,46	24 169 551,92		127 479 340,54
Equipamento básico	25 571 002,29	21 116 965,44		4 454 036,85	26 824 562,81	22 165 830,26		4 658 732,55
Equipamento de transporte	1 548 430,65	1 077 800,42		470 630,23	4 593 060,67	1 320 775,75		3 272 284,90
Equipamento administrativo	6 392 752,71	5 159 572,60		1 233 180,11	6 642 654,30	5 438 389,22		1 204 265,07
Equipamentos biológicos								
Outros	1 822 123,13	919 258,36		902 864,77	2 297 577,15	1 082 481,83		1 215 095,32
Ativos fixos tangíveis em curso	66 156 771,00			66 156 771,00	56 101 389,18			56 101 389,18
TOTAL	482 619 443,13	139 874 022,48		342 745 420,68	508 440 972,68	163 758 834,23		344 682 138,42

AFT - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO									
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	8 618 853,72	134 500,00	10 340,15						8 763 693,87
Edifícios e outras construções	610 615,08	266 842,36	417 941,88			- 135 088,06			1 125 205,97
Infraestruturas	112 513 643,17	649 067,21	15 546 677,05			- 14 080 491,34		- 212 945,37	114 451 056,01
Património histórico, artístico e	250 398,50	76 666,53	2 258 121,61			- 5 569,85			2 579 616,79
Outros									-
Bens de domínio público em curso									-
Ativos fixos em concessão									-
Terrenos e recursos naturais									-
Edifícios e outras construções									-
Infraestruturas									-
Património histórico, artístico e									-
Ativos fixos em concessão em curso									-
Outros ativos fixos tangíveis									-
Terrenos e recursos naturais	23 469 293,89	442 109,37	108 375,61					- 153 215,36	23 866 563,51
Edifícios e outras construções	124 073 581,54	509 737,20	10 819 855,88			- 7 938 230,47		- 20 708,90	127 444 235,25
Equipamento básico	4 445 475,17	1 121 951,20	565 644,23			- 1 040 736,24		- 433 601,81	4 658 732,55
Equipamento de transporte	470 743,73	1 217 702,15	1 952 736,55			- 242 315,17		- 126 582,36	3 272 284,90
Equipamento administrativo	1 233 180,11	112 918,78	173 332,99			- 278 532,23		- 36 009,58	1 204 890,07
Equipamentos biológicos									
Outros	902 864,77	404 387,48	75 557,93			- 163 848,46		- 4 491,39	1 214 470,33
Ativos fixos tangíveis em curso	66 156 771,00	23 705 978,65	-26 445 027,32					- 7 316 333,15	56 101 389,18
TOTAL	342 745 420,68	28 641 860,93	5 483 556,56			- 23 884 811,82		- 8 303 887,92	344 682 138,43

AFT - adições											
Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		134 500,00									134 500,00
Edifícios e outras construções				212 945,37						52 457,99	265 403,36
Infraestruturas	12 011,89	471 373,73								165 681,59	649 067,21
Património histórico, artístico e		54 586,80								22 079,73	76 666,53
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		441 219,36								890,01	442 109,37
Edifícios e outras construções		247 712,85								262 024,35	509 737,20
Equipamento básico	240 174,29	816 857,05		20 128,90						42 026,95	1 119 187,19
Equipamento de transporte		1 211 377,73								6 324,42	1 217 702,15
Equipamento administrativo	1 666,00	103 874,58					1 235,68			2 370,60	109 146,86
Equipamentos biológicos											
Outros	176,00	383 843,25								15 876,31	399 895,56
Ativos fixos tangíveis em curso		23 705 978,65									23 705 978,65
TOTAL	254 028,18	27 571 324,00		233 074,27			- 1 235,68			569 731,95	28 629 394,08

AFT - diminuições						
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestrutura	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						-
Infraestruturas		- 212 945,37				- 212 945,37
Património histórico, artístico e						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais					- 153 215,36	- 153 215,36
Edifícios e outras construções			- 20 128,90		- 580,00	- 20 708,90
Equipamento básico	- 324 810,12				- 108 791,69	- 433 601,81
Equipamento de transporte	- 90 724,36				- 35 858,00	- 126 582,36
Equipamento administrativo					- 36 009,58	- 36 009,58
Equipamentos biológicos						
Outros	- 656,19				- 3 835,20	- 4 491,39
Ativos fixos tangíveis em curso					- 7 316 333,15	- 7 316 333,15
TOTAL	- 416 190,67	- 233 074,27			- 7 654 622,98	- 8 303 887,92

Salienta-se que o município não concluiu o levantamento de todas as empreitadas de modo a averiguar se estão concluídas, em uso, ou prontas a ser utilizadas, bem como, não fez um levantamento de todos os imóveis cedidos de modo a averiguar o controlo dos mesmos, para que os possa ter/manter em AFT. Releva-se, adicionalmente, que está em curso o levantamento dos bens de domínio público e privado, trabalho a ser desenvolvido ao abrigo de uma contratação externa de serviços, prevendo-se a sua conclusão em 2022.

Releva-se que em 2021 nos Ativos Fixos Tangíveis, foram valorizados 2 imóveis imputando o valor do VPT, no montante global de 85 009,98€, nomeadamente: Habitação Social T3, sita na rua de Santo António, n.º 101, inscrito na classificação patrimonial 43.2.1.1 (Edifícios e outras Construções), pelo montante de 53 200,00€; Edifício afeto ao Centro de Saúde de Sismaria (Monte Redondo), inscrito na classificação patrimonial 43.2.1 (Edifícios e outras Construções), pelo montante de 31 809,98€.

NOTA: Releva-se que dos €19 777 900,26 de amortizações, o valor de €13 321 222,23 refere-se ao período de relato (2021) e o valor de €6 456 678,03, refere-se a regularizações de amortizações de anos anteriores.

Nota 7 – Custos de empréstimos obtidos

Em 2021 o detalhe da rubrica de financiamento obtidos, consolidado, decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

MAPA DE EMPRÉSTIMOS		
Designação	Empréstimos Obtidos - Empréstimos bancários	
	Dívida no início do período (01-01-2021)	Dívida no final do período (31-12-2021)
Empréstimos Bancários		
Passivo corrente	16 628 609,21	13 187 687,43
Passivo não corrente	3 547 044,26	3 440 921,78
TOTAL	20 175 653,47 €	16 628 609,21 €

Nota 8 – Propriedades de investimento

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas no início e no final do período, em propriedades de investimento:

PI - Quantia escriturada (modelo do custo)									
Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	
Propriedades de									
Bens de domínio									
Terrenos e recursos	98 343,00	55 360,00							153 703,00
Edifícios e outras	659 433,84		18 139,83	-18 462,96					659 110,71
Outras propriedades de									
Propriedades de	14 856 068,04	2 762 487,54	-947 532,35					-1 870 220,94	14 800 802,29
TOTAL	15 613 844,88	2 817 847,54	-929 392,52	-18 462,96	0,00	0,00	0,00	-1 870 220,94	15 613 616,00

PI - Desagregação das Adições (modelo do custo)										
Designação	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdi	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de										
Bens de domínio										
Terrenos e recursos		55 360,00								55 360,00
Edifícios e outras										
Outras propriedades de										
Propriedades de Investimento em curso		2 762 487,54								2 762 487,54
TOTAL	0,00	2 817 847,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 817 847,54

PI - Desagregação das diminuições (modelo do custo)					
Designação	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de					
Bens de domínio					
Terrenos e recursos					
Edifícios e outras					
Outras propriedades de					
Propriedades de Investimento em curso				-1 870 220,94	-1 870 220,94
TOTAL	0,00	0,00	0,00	-1 870 220,94	-1 870 220,94

Sublinha-se que em 2021 nas Propriedades de Investimento, foi valorizado 1 imóvel imputando o valor do VPT, no montante global de 55 360,00€, referente à parcela de terreno para construção de parque de estacionamento, sita na Quinta do Carpalho, inscrito na classificação patrimonial 42.1.1 pelo no montante de 55 360,00€.

NOTA: Releva-se que dos €18 462,96 de amortizações, o valor de €16 769,91 refere-se ao período de relato (2021) e o valor de €1 693,05, refere-se a regularizações de amortizações de anos anteriores.

Nota 9 – Imparidade de ativos

As perdas por imparidade consistem na redução do valor contabilístico de um ativo, de modo a evidenciar uma perda, potencial ou efetiva, de parte ou da totalidade do seu valor real.

De seguida apresenta-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

Imparidade de Ativos				
Designação	Valor Inicial	Perdas por imparidade do Período	Reversão de imparidades do Período	Imparidade Acumuladas
Perdas por imparidade acumuladas	6 297 284,18	1 513 762,20	39 737,55	5 777 141,51
<i>Clientes, Contribuintes, Utentes</i>	5 816 360,93	1 460 082,94	39 737,55	5 356 206,57
<i>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</i>	480 923,25	53 679,26		420 934,94
Total	6 297 284,18	1 513 762,20	39 737,55	5 777 141,51

Nota 10 – Inventários

A de 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na rubrica de inventários consolidados foi o seguinte:

Inventários			
Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias	16 193,11		16 193,11
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 093 872,18	59 988,31	1 033 883,87
Produtos acabados e intermédios	20 065,69		20 065,69
Total	1 130 130,98	59 988,31	1 070 142,67

10.1 – Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)- /(4)- (5)+(6)- (7)+(8)
Mercadorias	16 648,48 €	-40,36 €	-415,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16 193,11 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 093 477,04 €	4 383 288,31 €	-4 389 243,42 €	0,00 €	-53 679,26 €	0,00 €	-7 187,22 €	7 228,42 €	1 033 883,87 €
Produtos acabados e intermédios	21 472,52 €			31 519,50 €			-32 926,33 €		20 065,69 €
TOTAL	1 131 598,04 €	4 383 247,95 €	-4 389 658,47 €	31 519,50 €	-53 679,26 €	0,00 €	-40 113,55 €	7 228,42 €	1 070 142,67 €

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Rendimentos com contraprestação					
Tipo de rendimento	Gastos do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos pagos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Vendas	9 920 874,32				
Prestações de serviços e concessões	14 800 183,22				
Outros rendimentos	8 685 526,53				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	68 309,95				
Total	33 474 894,02		-	-	

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Rendimentos sem contraprestação					
Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos pagos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos diretos	27 454 230,75				
Impostos indiretos	9 105 918,47				
Taxas, multas e outras penalidades	4 797 063,60		19 008,18	21 145,67	
Transferências e subsídios correntes obtidos	32 290 860,46		31 137,35	44 205,45	
Outros	5 255 410,89				
Subsídios sem condição	3 034 474,51				
Subsídios com condição	94 323,11		457 399,02		
Total	82 032 281,79	0,00	507 544,55	65 351,12	

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foi registado nesta rubrica a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a processos judiciais em curso.

Mapa de Provisões										
Rubricas	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumento da quantia escriturada	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos										
Contribuições										
Juros de mora										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	6 026 327,33	57 465,61			57 465,61		2 861 050,24		2 861 050,24	3 222 742,70
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 700,00									1 700,00
Matérias ambientais										
Contratos onerosos	604 079,91									604 079,91
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	15 461,90	3 455,60			3 455,60		12 900,54		12 900,54	6 016,96
Total	6 647 569,14	60 921,21	-	-	60 921,21	-	2 873 950,78	-	2 873 950,78	3 834 539,57

Nota 17 – Acontecimento após data do relato

Em fevereiro de 2022, a Rússia invade a Ucrânia, criando uma situação de instabilidade com profundo impacto na economia, e contornos ainda não totalmente definidos. No entanto, todas as previsões apontam para o aumento de preços generalizado, o que resultará num aumento da taxa de inflação e uma contração económica. Por este facto, será expectável, por um lado, o aumento da despesa pública municipal derivada do aumento de preços, quer ao nível do preço da energia, combustíveis, bens e serviços e, por outro, a redução das receitas próprias municipais considerando a expectável contração da atividade económica.

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2021 o detalhe da conta estado e outros entes públicos é a que se segue:

Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2021	
	Saldos	Saldos
Retenção de impostos sobre rendimentos		148 637,25
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	618 480,87	-89 190,89
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		74 078,56
Tributos das autarquias locais		8 096,76
Outras tributações		0,00
Total	618 480,87	141 621,68

23.2 – Outras Contas a Receber/ Pagar

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica outras contas a pagar e a receber detalham-se da seguinte forma:

Outras Contas a Receber/ Pagar	31/12/2021
Saldo a receber	33 995 081,38
Devedores por contratos de cedência	597 439,60
Devedores por acréscimos de rendimentos	32 159 801,30
Outros devedores e credores	835 556,03
Saldo a pagar	9 919 891,59
Natureza Credora	79 886,18
Credores por acréscimos de gastos	4 890 271,89
Outros credores	1 613 072,62
Cauções	3 269 299,62

23.3 – Rendimentos

O montante dos rendimentos, reconhecidos durante o período, é proveniente de:

Rendimentos	
Descrição	31/12/2021
Impostos diretos	27 454 230,75
Impostos indiretos	9 105 918,47
Taxas, multas e outras penalidades	4 845 154,33
Mercadorias	14 628,70
Produtos acabados e intermédios	9 906 472,32
Serviços específicos das autarquias locais	12 435 945,76
Concessões	37 131,50
Vistorias e ensaios	38 950,00
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	30,42
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	285 299,94
Aluguer de equipamentos	924,98
Arrendamento	916 572,47
Outros serviços	-7 043,60
Produtos acabados e intermédios	31 519,50
Ativos fixos tangíveis	254 028,18
Transferências correntes	0,00
Subsídios correntes	0,00
Total	65 319 763,72

23.4 – Fornecimentos e serviços externos

Apresentamos o detalhe da conta fornecimentos e serviços externos consolidada á data de 31 de dezembro de 2021:

Fornecimentos e serviços externos	31/12/2021
Serviços de saúde	0,00
Infraestruturas de transportes e parques de estacionamento	0,00
Serviços de transporte	688 562,34
Serviços de alojamento e de restauração	0,00
Espaços de desporto, cultura e lazer	2 150,00
Serviços de fornecimento de água	3 610 478,32
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	5 500 223,15
Tecnologias de informação e comunicação	0,00
Outros subcontratos ou concessões	5 208 696,53
Trabalhos especializados	923 710,62
Publicidade, comunicação e imagem	394 895,28
Vigilância e segurança	1 288 757,32
Honorários	55 940,12
Comissões	1 089 701,00
Conservação e reparação	988 958,57
Outros serviços especializados	3 749 535,80
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	59 791,15
Livros e documentação técnica	4 709,45
Material de escritório	12 537,39
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	258 584,15
Material de educação, cultura e recreio	73 013,50
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	30 860,52
Medicamentos e artigos para a saúde	255,18
Produtos químicos e de laboratórios	0,00
Outros materiais diversos de consumo	71 562,28
Eletricidade	4 391 652,74
Combustíveis e lubrificantes	504 868,37
Água	232 088,92
Outros	0,00
Deslocações e estadas	27 400,01
Transportes de pessoal	4 555,39
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	12 174,47
Transporte escolar	0,00
Transporte de doentes	0,00
Outros	631,92
Rendas e alugueres	1 613 231,87
Comunicação	426 108,15
Seguros	330 479,31
Royalties	49 775,64
Contencioso e notariado	17 119,48
Despesas de representação dos serviços	19 070,25
Limpeza, higiene e conforto	1 138 838,32
Outros serviços	242 688,05
Total	33 023 605,56

Nota 23.5 – Gastos com pessoal

No final de dezembro de 2021 o detalhe dos gastos com o pessoal, é a que se segue:

Gastos com pessoal	31/12/2021
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	341 314,88
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	0,00
Remunerações do pessoal	19 411 176,60
Benefícios pós-emprego	0,00
Indemnizações	19 507,63
Encargos sobre remunerações	4 630 354,70
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	73 129,93
Gastos de ação social	0,00
Outros gastos com o pessoal	84 122,22
Outros encargos sociais	848 779,59
Total	25 408 385,55

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3. Relatório de Gestão consolidado

Enquadramento

A consolidação de contas apresenta-se como uma ferramenta de gestão que tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

Entidades a consolidar

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria (SMAS)

Os SMAS de Leiria, têm como principal atividade a captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial, público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais.

Teatro José Lúcio da Silva (TJLS)

O Teatro José Lúcio da Silva tem como principal atividade a produção de espetáculos e atividades culturais. Esta entidade foi considerada como um serviço municipalizado no processo de consolidação.

Síntese da Atividade Consolidada

Balanço Consolidado

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício de 2021, dando a conhecer, por um lado, o Activo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem dos fundos.

Relativamente ao ano de 2021, o ativo consolidado cifra-se em €468 260 542,25, o passivo consolidado em €37 274 326,50 e o património líquido em 430 986 215,75.

O resultado líquido consolidado de 2021 foi de €11 947 135,22, verificando-se um aumento face ao período homólogo, no montante de €5 395 940,44.

Demonstração de Resultados Consolidados

A estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada adequa-se ao previsto no SNC-AP, apresentando os resultados das operações económicas (gastos e rendimentos) do grupo durante o ano de 2021.

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingindo de forma a prognosticar a capacidade do grupo autárquico em gerir fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos gastos e rendimentos do Grupo Autárquico, podemos, desde logo, constatar que são os fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal que mais contribuem para o seu total.

Do lado dos rendimentos verifica-se que a rubrica mais relevante é a dos Impostos/Taxas, no entanto, releva-se a rubrica Transferências e Subsídios que representa cerca de 29% do total de rendimentos do grupo autárquico.

O resultado líquido do exercício traduz uma capacidade do grupo autárquico em gerar rendimentos para fazer face aos gastos e criar margem para continuar a consolidar o investimento. Verifica-se que o resultado final do exercício advém essencialmente da atividade operacional do grupo consolidado.

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2021, é transcrito pelo saldo de gerência seguinte, no valor de €53 390 989,32, composto por €49 195 764,96, provenientes da execução orçamental e €4 195 224,36 euros resultantes de operações de tesouraria.

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Departamento Administrativo e Financeiro

Divisão Financeira

Conteúdos Organização Municipal

Divisão Financeira | Departamento Administrativo e Financeiro

Conteúdos Recursos Humanos

Divisão de Recursos Humanos | Departamento Administrativo e Financeiro

Conteúdos Reporte Financeiro

Divisão Financeira | Departamento Administrativo e Financeiro~

Conteúdos Reporte Atividades

Serviços do Município de Leiria

Imagem e fotografias:

Gabinete de Relações Públicas e Geminações

Município de Leiria
Largo da República
2414-006 LEIRIA
PORTUGAL

cmleiria@cm-leiria.pt | www.cm-leiria.pt

maio 2022



Câmara Municipal de Leiria

www.cm-leiria.pt



2021

Presidente – Assembleia Municipal

1º Secretário

2º Secretário

Presidente – Câmara Municipal

Vice-Presidente

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO DE LEIRIA** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 468.260.542 euros e um total de património líquido de 430.986.216 euros, incluindo um resultado líquido de 11.947.135 euros), a demonstração de resultados por natureza consolidados, a demonstração das alterações no património líquido consolidada, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 4 na secção “Bases para a opinião com reservas”, e exceto quanto aos efeitos da matéria referida no número 5 da mesma secção, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **MUNICÍPIO DE LEIRIA** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

- Conforme mencionado na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, não foi ainda terminado o levantamento dos bens de domínio público e privado e de ativos fixos tangíveis em curso do *Município de Leiria*, bem como imóveis cedidos, não sendo por isso possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente nestas rubricas, incluindo-se os das depreciações do exercício e das acumuladas, bem como da parcela de subsídios ao investimento que seria imputada aos resultados caso fossem praticadas as correspondentes depreciações.
- Conforme referido nas notas 1.4 e 4 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o *Município de Leiria*, identificou contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, relativamente aos quais a Entidade não obteve dos Concessionários a informação detalhada sobre os ativos de concessão. Na ausência da referida informação, não foram reunidas as condições necessárias que permitam à Entidade proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua

1 de 5



respetiva mensuração e valorização conforme preconizado na NCP5 – Ativos Fixos Tangíveis. Assim, nas atuais circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras.

3. Relativamente à rubrica de Clientes, contribuintes e utentes, dos SMASL, devido às limitações no registo e identificação dos saldos dos clientes na contabilidade e na plataforma do Sistema Comercial de Gestão de Água (U@CLOUD), verificámos a existência de divergências não justificadas, pelo que não nos é possível validar os referidos saldos, nem nos pronunciar sobre a sua cobrabilidade. Acresce ainda que, no âmbito do processo de auditoria solicitou-se confirmação externa de saldos a diversas entidades, com referência a 31 de dezembro de 2021, porém devido ao limitado número de respostas e os procedimentos alternativos de auditoria por nós realizados não serem conclusivos, não nos é possível expressar opinião sobre os valores apresentados nesta rubrica.
4. Conforme referido na nota 4 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, os SMASL, identificaram dois contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, relativamente aos quais a Entidade não obteve dos Concessionários a informação detalhada sobre os ativos de concessão. Na ausência da referida informação, não foram reunidas as condições necessárias que permita aos SMASL proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização conforme preconizado na NCP5 – Ativos Fixos Tangíveis. Assim, nas atuais circunstâncias, não estamos em posição de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras.
5. O *Município de Leiria* registou na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, o montante de cerca de 4.088.420 euros relativo a acordos e contratos interadministrativos, os quais deveriam ter sido registados na rubrica Transferências e Subsídios Concedidos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

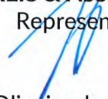
Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 4 na secção “Bases para a opinião com reservas”, e exceto quanto aos efeitos da matéria referida no número 5 mesma secção do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de junho de 2022

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por


Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056
Registado na CMVM sob o n.º 20160668



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
 JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
 CARLOS MANUEL GREINHA
 JOÃO CARLOS CRUZEIRO
 PEDRO MIGUEL MANSO
 MARIA BALBINA CRAVO
 OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À Assembleia Municipal,

1. Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cumpre ao Revisor Oficial de Contas elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE LEIRIA** (o Grupo), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou com regularidade as funções previstas no artigo 77.º da citada Lei, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do Município de Leiria. Da **CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA**, o Revisor Oficial de Contas recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos dever recomendar a clarificação do estatuto jurídico do **TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA**, face às obrigações contabilísticas, tributárias ou outras a observar.
4. No encerramento do exercício foram-nos presentes pela **CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA** os documentos de prestação de contas consolidadas.
5. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas consolidadas, que deve ser entendida como completando este relatório.
6. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE LEIRIA** referentes ao exercício de 2021, se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação legalmente aplicáveis a este sector, incluindo o que se contém na Certificação Legal das Contas.
7. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer à **CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA** e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 17 de junho de 2022

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
 Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056
 Registado na CMVM sob o n.º 20160668